

A contribuição dos consórcios públicos intermunicipais para o desenvolvimento regional transfronteiriço: atuação do Consórcio Intermunicipal da Fronteira

The contribution of an intermunicipal public consortium on the development of a transfrontiers region: performance of the Intermunicipal Transfrontier Consortium

Joanni Aparecida Henrichs

Christian Luiz da Silva

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

Resumo: As práticas institucionais que estimulam a integração e a cooperação entre Entes federativos revelam importância no processo para alterar o cenário de descontinuidade política e estagnação do desenvolvimento em regiões de fronteira. Desse modo, o objetivo do trabalho é demonstrar a contribuição de um consórcio público intermunicipal para o processo de desenvolvimento transfronteiriço integrado a partir da experiência do Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quanto aos seus objetivos é exploratória e descritiva, realizada pelas técnicas bibliográfica e documental. Como resultado, tem-se que os consórcios intermunicipais funcionam como estratégia para o desenvolvimento transfronteiriço integrado, pois se valem de mecanismos que oportunizam a implementação, gestão e execução compartilhada de políticas públicas para resolver problemas de vivência comum. Conclui-se, portanto, que as ações planejadas e executadas pelo CIF já trouxeram impactos benéficos não apenas para a comunidade local como para todo o contexto regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Consórcios Públicos; Fronteira.

Abstract: Institutional practices that encourage integration and cooperation among federal entities reveal importance in the process to change the political discontinuity and stagnation in the border regions development. Therefore, the purpose of this work is to demonstrate the contribution of a public intermunicipal consortium on the promotion of a transfrontiers integrated development from the experience on the Intermunicipal Transfrontier Consortium (CIF). Methodologically speaking, it is a qualitative research, and exploratory and descriptive on its purpose, performed by the bibliographic and documentary techniques. As a result, we have that the consortiums work as a strategy for effective integrated cross-border development, because it worth mechanisms that nurture the implementation, management and shared implementation of public policies to solve common experience problems. As a conclusion, the actions planned and executed by the CIF has brought beneficial impacts, not only for the local community, but to the entire regional context.

Keywords: Regional development; Public Consortium; Transfrontier.

JEL: H7; R58.

Introdução

Contemporaneamente, nos países tidos em processo de ascensão, tem se ressaltado a ampliação da atuação estratégica do Estado para alavancar o desenvolvimento e a redução das desigualdades implicando em demandas para alterar a estrutura de poder para favorecer o ambiente regional. Sobressaem-se esforços para repensar teorias e práticas do planejamento e da governança regional para detectar alternativas de gestão com bases mais democráticas e eficientes que valorize todas as dimensões afetadas ao desenvolvimento.

Nesse panorama os consórcios públicos intermunicipais despontam como um meio eficaz para atender a demanda do chamado “novo desenvolvimentismo”. As ações consorciadas revelam uma nova forma de governança pública que reverencia o melhoramento técnico-financeiro para concretização contínua e sustentável das metas coletivas, privilegiando a forma de gestão que tem por referencial o diálogo, a

negociação, a cooperação e a colaboração, para solucionar questões regionais que, invariavelmente, não poderiam se encaminhar através de atuação isolada.

Essa prática associativa pode representar na região compreendida como faixa de fronteira, historicamente ressentida de apoio político, estratégico e econômico, um marco do desenvolvimento e integração tanto em âmbito nacional, quanto internacional.

Desse modo o objetivo dessa pesquisa é descrever as principais ações planejadas e concretizadas pelo Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF), integrado pelos municípios de Barracão (Paraná), Bom Jesus do Sul (Paraná), Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e, informalmente, o município argentino de Bernardo de Irigoyen (Misiones), para obter resposta à questão norteadora do estudo: qual a contribuição de um consórcio público intermunicipal para o desenvolvimento transfronteiriço integrado?

O tema central da pesquisa, portanto, repousa no estudo da influência dos arranjos institucionais públicos, de viés cooperativo, no desenvolvimento regional. O desenvolvimento regional é entendido neste artigo como ações cooperadas, estruturadas de forma integrada, que compreendem diversas áreas concomitantemente e que levam em conta as especificidades econômicas, físico-naturais e socioculturais dos territórios.

Embora, o estado da arte relacionado aos consórcios públicos intermunicipais e ao desenvolvimento da região de fronteira seja avançado, ainda são incipientes as abordagens que associem e justifiquem a utilização desse instrumento institucional como meio para alavancar o desenvolvimento dessa região tão peculiar, o que justifica o presente estudo no aspecto teórico. No aspecto empírico, observar e entender uma vivência já existente permite corroborar ou desmistificar a teoria para construir um modelo que seja exitoso na prática, pois, muito embora a teoria seja essencial para compreender os fenômenos, o desenvolvimento regional só é levado a cabo a partir da concretização de ações. Assim, o estudo de caso do CIF, em formato até então inédito, poderá contribuir para aperfeiçoar a teoria e suas experiências merecem ser compartilhadas para disseminar a iniciativa aos demais rincões do país.

Delimitou-se o universo estudado aos consórcios públicos horizontais, ou seja, entre municípios situados na região de fronteira, mais precisamente àqueles caracterizados por cidades gêmeas, pelo fato de que esses municípios contíguos se revelam como potenciais propulsores do processo de desenvolvimento nessa região e da integração internacional.

A escolha da experiência do CIF, por sua vez, se deve ao ineditismo da formatação, da abrangência e da existência de ações já concretizadas. Diversamente da maioria dos consórcios públicos existentes, esse arranjo não foca em apenas um segmento de política pública, mas expande sua atuação a praticamente todas as dimensões, estabelecendo novos padrões da gestão pública e da governança territorial regional.

É importante frisar que não se obstina exaurir o assunto, pois, conforme mencionado, além de serem incipientes as tratativas acadêmicas sobre a temática central, demonstrar-se-á que o assunto possui campo fecundo para inserções futuras.

Cientes das limitações em busca do objetivo proposto, este artigo estrutura-se em seis seções, sendo a primeira delas esta introdução em que se sintetiza a contextualização, o problema, a justificativa, a delimitação do tema e os objetivos do estudo. A segunda seção apresenta o aporte teórico, o qual trata da noção de desenvolvimento e a escala regional, com enfoque à região de fronteira e também se

encarrega de abordar os consórcios públicos e a correlação com o desenvolvimento regional. A terceira seção contextualiza os aspectos metodológicos que informam o caminho percorrido pela pesquisa, enquanto que a quarta seção se dedica em estabelecer os resultados, ou seja, descrever as ações planejadas e concretizadas pelo CIF e seus reflexos para o desenvolvimento da região. As duas seções derradeiras referem-se, respectivamente, as considerações finais e o referencial.

2. Fundamentação Teórica

O desenvolvimento pode ser entendido como um fenômeno multidimensional, comportando a seara econômica, política, cultural, social e ambiental. A dimensão econômica, arraigada nos pressupostos do Estado Liberal, por um longo período recebeu destaque especial na construção de teorias clássicas que associaram o desenvolvimento a indicadores econômicos. Ocorre que, não obstante os avanços inerentes ao liberalismo capitalista, não tardou para que o sistema começasse a ruir diante das injustiças sociais crescentes, já que esse modelo de Estado foi benéfico àqueles que dispunham de posição econômica favorecida, deixando grande parte da sociedade à margem da prestação essencial de políticas públicas.

Esse panorama contribuiu para resgatar a noção de desenvolvimento para associá-la as demais dimensões, em especial à social fundamentalmente assentada na valorização da qualidade de vida. A partir da reestruturação desse entendimento, o crescimento econômico passou a ser interpretado como um meio pelo qual é possível criar condições para alcançar o desenvolvimento que é fim último, sem desprezar ou minimizar as demais dimensões (LOPES, 2002). Silva (2005, p. 37) trata como “um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do indivíduo para o global”.

Situados no contorno abrangente que se desdobra a concepção de desenvolvimento, cabe investigar de que maneira o desenvolvimento alcança os cidadãos.

Por se destinar às pessoas, firma-se o pressuposto de que é no âmbito local que devem se firmar as bases que desencadeiam e alimentam o progresso da sociedade, pois é nessa escala em que se acessam os bens e serviços que satisfazem as necessidades básicas (LOPES, 2002). Essa força que se estrutura na base é conhecida na literatura por desenvolvimento endógeno (BOISIER, 1996), a qual pode ser definida como a capacidade que uma comunidade possui de ordenar o processo de desenvolvimento a partir da sua realidade e potencialidades sócio-territorial aliada às prioridades que lhe são inerentes (FILIPPIM, et al., 2005; KNOPP, 2011; XAVIER et al., 2013). Oliveira e Lima (2003) salientam os fatores internos à região capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para a comunidade como um todo.

Muito embora seja crescente a perspectiva do desenvolvimento endógeno a fim de construir novas estratégias para as escalas regional e local, o planejamento regional invariavelmente repousa nas linhas de ações pensadas na esfera do poder público federal fazendo com que as políticas públicas coincidam com o paradigma “centro-abaixo”. Não obstante seja absolutamente necessária a articulação nacional, diante das proporções continentais do Brasil, é importante que o planejamento e a coordenação das dinâmicas regionais sejam alinhadas diretamente com a realidade local de cada porção territorial, evitando, assim, que localidades e regiões não consigam alterar o

status quo devido a incompatibilidade dos planos e ações com a realidade vivenciada localmente.

É certo que as políticas regionais não são isentas de limitações, pois cada região guarda traços peculiares, umas são moldadas pelas características naturais do solo e clima, outras pelo transcurso histórico de ações políticas e mercadológicas que instigaram a infraestrutura, o adensamento urbano e a industrialização, fatores que determinam a heterogeneidade e disparidades do desenvolvimento. A heterogeneidade regional é tida como fator propulsor das desigualdades sociais, tanto o é que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) tem por preocupação fundamental que o Estado aja no sentido de reduzir as desigualdades regionais e, por isso mesmo, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, as desigualdades regionais e a região em si são tomadas como empecilhos a serem superados ou descartados (ETGES e DEGRANDI, 2013).

Entrementes, como bem destacam Etges e Degrandi (2013, p. 86) ao revés de atuar pensando nas regiões como obstáculos, as desigualdades regionais e as particularidades daí advindas “podem e devem ser potencialidades como uma forma alternativa e endógena de desenvolvimento regional”. Para isso é premente que se consolide uma cultura de governança pela qual os atores locais, afinados no diálogo e consideração mútua, compartilhem esforços para vencer dificuldades e alcançar objetivos que beneficiem todo seu entorno, o que parece estar acontecendo, já que o IBGE (2012) apontou que pelo menos 4.175 municípios participavam de algum tipo de consórcio. Knopp (2011) aponta que o êxito da governança para o desenvolvimento regional depende de que os planos sejam simétricos com a realidade e a dinâmica territorial na qual ela repousa, atento a circunstância de que é na escala territorial local ou sub-regional que os projetos encontram maiores possibilidades de articulação para resolução dos entraves.

Seguindo a premissa de que o desenvolvimento regional prima pela estruturação das potências endógenas, Dallabrida (2010) ressalta que o território produtivo resulta de uma construção dos atores organizados que perseguem uma meta comum. Xavier et al. (2013) complementam ao pontuar que a solidez do processo de desenvolvimento regional supõe que os atores locais firmem compromisso de colaboração mútua e se estabeleça diálogo entre representantes políticos e econômicos para vencer as incompatibilidades.

Ciente das críticas dirigidas a discursos acentuados que sobrevaloram as ações de escala local a ponto de negar o espaço nacional (DALLABRIDA, 2010), cumpre situar que a valorização da escala local/regional emprestada nesse trabalho não despreza os impulsos exógenos. Isso porque, na linha do que argumenta Dallabrida (2010), o desafio é progredir de forma multiescalar, isto é, agregar e amoldar as forças exógenas às particularidades e necessidades regionais. Coriolano e Vasconcelos (2013) sustentam que não se trata de promover o insulamento da região, nem demandar a sua autossuficiência, mas promover, a partir da base, alternativas que fortaleçam e qualifiquem os arcabouços internos, tornando-a aberta para receber os fluxos externos.

Note-se, portanto, que o desenvolvimento regional exige que os atores locais se organizem de modo a revelar uma nova forma de governança pública que reverencia o melhoramento técnico-financeiro para concretização contínua e sustentável das metas coletivas, atraindo as forças exógenas para que se amoldem as suas particularidades.

Feito o aporte dedicado à noção de desenvolvimento e a escala regional, cumpre permear o enfoque à região de fronteira.

Diante da infinidade de regiões que poderiam ser objeto de estudo, optou-se pelo recorte atinente à região de fronteira, que no Brasil conta com 150 km de largura que se estende por 15.719 km abrangendo 588 municípios e 11 Estados (BRASIL, 2009) e ocupa posição estratégica para o fortalecimento não apenas nacional, como também de todo o bloco da América Latina.

Referida região caracteriza-se como palco de disparidades econômicas e socioculturais que contribuem para um cenário de descontinuidade política e estagnação do desenvolvimento, tendo nas cidades gêmeas a tipologia geográfica que melhor traduz a dinâmica dessa região. O próprio Governo Federal reconhece que “a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área de fronteira são dificultadas por barreiras legais, diplomáticas, falta de articulação do território com o centro político-decisório do país” (BRASIL, 2009).

Embora seja um espaço legítimo, Machado et. al. (2005) observam que essa região não tem sido acompanhada por políticas públicas que satisfaçam as suas acentuadas especificidades, sejam elas econômicas ou sociais. Moura Filho e Campos (2009) corroboram ao afirmar que os conjuntos transfronteiriços, ademais da unicidade físico-territorial, não têm alicerce em um aparato jurídico-institucional consistente o que contribui para a fragmentação espacial e, por conseguinte, no afunilamento das desigualdades.

Machado et al. (2005) assinalam que a zona de fronteira funciona como um espaço-teste de políticas de integração e cooperação, especialmente no que se refere às cidades gêmeas, sendo imprescindível a formação de núcleos articulados que envolvam toda a região, já que os problemas vivenciados em um município limítrofe são sentidos e absorvidos pelos demais, resplandecendo a noção de que os espaços transfronteiriços não devem vincular-se a ideia de que são limites e separação, mas sim a concepção de que são espaços que clamam por integração e desenvolvimento econômico e humano conjunto (MOURA FILHO e CAMPOS, 2009). Desse modo, é imperiosa a mobilização nesse recorte geográfico para buscar alternativas que impulsionem o desenvolvimento e a integração regional considerando as particularidades que lhe é inerente.

De todo o exposto, resta, ainda, abordar os consórcios públicos e a correlação destes com o desenvolvimento regional.

A redefinição do papel do Estado brasileiro vivenciada nas últimas décadas promoveu a construção de um novo arranjo federativo balizado especialmente pela descentralização do poder. Nessa perspectiva sobressaiu a atuação dos Municípios os quais, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, receberam destaque na cena política-institucional à medida que assumiram a execução de políticas públicas que antes ficavam a encargo da União ou dos estados.

O protagonismo municipal e a atuação voltada ao desenvolvimento local, no curso da reforma do Estado, desvendaram feições gerenciais que terminaram por romper as formas clássicas de ação governamental importando na evolução do relacionamento entre o Estado e a sociedade. Ocorre que o panorama fiscal-financeiro não acompanhou a descentralização política, pelo contrário, remanesceu em muitos aspectos a centralização financeira nas mãos da União, ocasionando na fragilização da capacidade de formulação e implementação de políticas públicas no âmbito local. Em suma, as obrigações aumentaram de forma desproporcional à capacidade financeira dos municípios incitando, num primeiro momento, a competição por recursos. Referido dilema se agravou nos municípios menores, historicamente ressentidos de peso político e capacidade financeiro-operacional (ABRUCIO e SANO, 2013).

Nesse contexto os consórcios intermunicipais despontam como instrumento de fortalecimento e integração dos governos locais sob o signo da colaboração recíproca para a consecução de fins convergentes e que traz em seu bojo inovações na gestão que propiciam, além da execução de serviços e políticas públicas com eficiência, a transparência das decisões e ações, assim como racionaliza e otimiza o uso dos recursos públicos.

No cenário jurídico-institucional a figura administrativa dos consórcios intermunicipais foi referenciada pela primeira vez na Constituição de 1937 (BRASIL, 1937) em seu artigo 29 que autorizava que municípios da mesma região pudessem formar agrupamentos dotados de personalidade jurídica limitada a seus fins, visando a instalação, exploração e administração de serviços públicos comuns. Entretanto, estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) apontam que somente a partir da década de 1980 esse arranjo prosperou frente à política descentralizadora firmada na Carta de 1988.

Pela falta de regulamentação precisa, as conjugações consorciadas que se formaram não passavam de meros ajustes de colaboração sem a existência de obrigações recíprocas a serem atendidas. A fragilidade institucional foi estabilizada com o advento da Lei 11.107 (BRASIL, 2005) que instituiu as normas gerais para estabelecimento dos consórcios públicos. Referida lei regulamentou o artigo 241 da Constituição Federal o qual previu, a partir da Emenda Constitucional 19, a gestão associada de serviços públicos entre os Entes federados. Dois anos após, editou-se o Decreto 6.017 (BRASIL, 2007) que regulamentou particularidades a respeito da Lei 11.107.

A partir da Lei dos Consórcios é possível conceituá-los como “associações formadas por pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), com personalidade de direito público ou de direito privado, criadas mediante autorização legislativa, para a gestão associada de serviços públicos” (PIETRO, 2005). Vale reforçar que os consórcios podem ser constituídos apenas entre municípios (intermunicipais) ou entre estados, ou entre município (s), Estado (s) e Distrito Federal ou, ainda, pela junção de todas as esferas federativas, ocasião que a União figurará tão somente na hipótese de se fazerem presentes todos os estados cujos territórios estejam localizados os municípios consorciados.

Dada a relevância do assunto, conforme já mencionado, o IBGE (2012) pesquisou as articulações interinstitucionais pactuadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios e constatou que 4.175 municípios participavam de algum tipo de consórcio, o que corresponde a 75,0% de todos os municípios brasileiros. Desse contingente, 2.903 municípios declararam participar de consórcio público intermunicipal e 679 de consórcio administrativo intermunicipal.

Finalmente, a correlação entre consórcios públicos intermunicipais e o desenvolvimento regional já foi reconhecida pela esfera federal, por meio do IBGE (2012), que apoiado nos constantes levantamentos realizados, destaca que os consórcios servem à articulação de ativos para viabilizar “projetos de abrangência regional, obras e outras ações destinadas a promover o desenvolvimento de determinada região”.

Na seara acadêmica também é corrente essa identificação dos consórcios como alternativa eficiente para empreender o desenvolvimento das regiões. Dallabrida (2010) entende que os consórcios públicos intermunicipais podem ser institucionalidades dirigidas ao planejamento tático e operacional das ações de desenvolvimento local e regional. Barbosa e Dias (2012) salientam que à medida que um problema se apresenta comum a todos os municípios de dada localidade espacial e

esses entes o percebem como um desafio a ser vencido já se está diante do caráter de região, recaindo ao consórcio o desafio de se firmar como unidade regional competente para solucionar a demanda que afeta toda a localidade.

A superação de entraves comuns a diversos municípios que comungam de áreas contíguas também é reconhecida por Silveira e Philipp (2008). Os autores embora reconheçam que o consórcio não se mostra como o único meio, esse formato institucional potencialmente viabiliza a solução de problemas locais, dentro de um contexto regional promovendo ganhos de escala de produção com a racionalização de recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

Tem-se, portanto, que os consórcios públicos possuem a virtude de proporcionar a expansão das fronteiras territoriais para propiciar uma gestão que reverencia a governança territorial por intermédio da cooperação em prol do desenvolvimento integrado local e regional.

3. Aspectos Metodológicos

O estudo constitui-se de uma pesquisa exploratória-descritiva quanto aos objetivos. Para Gil (2002), a pesquisa exploratória se obstina a criar maior familiaridade com o objeto da pesquisa a fim de aprimorar ideias ou formular novas, de modo que o referencial teórico busca investigar e sistematizar o conhecimento sobre a correlação entre consórcios públicos intermunicipais e desenvolvimento regional para visualizar o potencial contributivo desse instrumento jurídico-político na ascensão da escala regional a partir do esforço local. Portanto, contribui para clarificar o problema e estabelecer prioridades a pesquisar.

Já a pesquisa descritiva, como o próprio nome sugere, é aquela que descreve particularidades de determinada população ou fenômeno sem, no entanto, se comprometer em enunciar explicações, embora sirva de base para eventual pesquisa explicativa a respeito. Para alcançar a resposta de qual a contribuição de um consórcio público intermunicipal para o desenvolvimento transfronteiriço integrado, fez-se um estudo empírico do caso do CIF para descrever as ações concretizadas, as que se encontram em andamento e as planejadas.

No que se refere à abordagem, consiste numa pesquisa qualitativa, pois visualiza o fenômeno (influência dos arranjos institucionais públicos, de viés cooperativo, no desenvolvimento regional) a partir da dinâmica e complexidade que lhe é intrínseca para absorver o entendimento necessário, sem a pretensão de tomar uma proposta rigidamente estruturada, pois a intenção é estimular a proposição de estudos futuros que explorem novos enfoques (GODOY, 1995).

Quanto aos meios, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental. O primeiro instrumento se aplica aos livros, teses, dissertações e artigos científicos veiculados em revistas eletrônicas para alçar o aporte teórico relacionado às temáticas que se relacionam ao assunto. O exame documental consistiu na análise de leis federais e municipais, decretos, portarias, resoluções, estatutos, atas, projetos e demais documentos relacionados ao CIF (que se referem às ações de cooperação para o desenvolvimento), disponibilizados via internet no site do consórcio, os quais pendiam do devido tratamento (dados primários), cuja perspectiva temporal, restou adstrita, para fins da investigação documental, ao marco de constituição do CIF em 2009 até 2015.

Por fim, que a metodologia qualitativa de análise de conteúdo foi utilizada para a análise dos dados primários coletados no site do consórcio, sendo que o conhecimento científico assenta-se nos resultados encontrados.

4. Resultados e Discussão

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos pela pesquisa, que viabilizaram que fosse alcançado o objetivo de descrever, a partir das ações encampadas pelo CIF, o papel dos consórcios intermunicipais no desenvolvimento regional integrado na zona de fronteira.

Destaca-se que durante a coleta e análise dos dados descritos no tópico anterior constatou-se que seria necessário introduzir a conjuntura local fronteiriça, político e social que permeia a realidade dos municípios integrantes do CIF e que levou à sua constituição para melhor contextualizar os planos e projetos desenvolvidos.

Os municípios de Barracão (9.737 habitantes – Censo 2010) e Bom Jesus do Sul¹ (3.796 habitantes – Censo 2010), ambos situado no sudoeste do estado do Paraná, Dionísio Cerqueira, no oeste de Santa Catarina (14.801 habitantes – Censo 2010) e Bernardo de Irigoyen (10.889 habitantes – Censo 2010²), localizado no estado de Misiones, porção leste da Argentina, protagonizam situação singular já que representam a junção de dois países, três estados e quatro municípios, cujas parcelas territoriais são divididas apenas por linhas imaginárias, resultando na conurbação das cidades que compartilham da mesma realidade socioeconômica e cultural, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1 - Imagem aérea da fronteira



Fonte: Consórcio Intermunicipal da Fronteira (2013).

¹ Bom Jesus do Sul encontra-se geograficamente situado à 9 (nove) quilômetros da fronteira.

² INDEC (2010).

Na porção regional os municípios de Francisco Beltrão (Paraná), São Miguel do Oeste (Santa Catarina) e Eldorado (Misiones), representam as principais referências regionais e, embora exerçam importante função terciária (ANGNES, et al., 2013), não lograram impulsionar que o desenvolvimento regional alcançasse esse longínquo espaço transfronteiriço.

A partir de registros documentais dos municípios aqui estudados, foi possível constatar que se mostram dependentes dos estímulos externos (o dito desenvolvimento exógeno), pois em mais de meio século de fundação não foram capazes de isoladamente, desenvolverem suas estruturas socioeconômicas.

Cientes de que a melhoria da qualidade de vida exige o fortalecimento das instituições locais e que a integração é meio para dinamizar o processo de desenvolvimento, os prefeitos desses municípios, após muito diálogo, resolveram constituir um consórcio público para desenvolver o lugar onde estão estrategicamente inseridos. Assim, em 2009, surge o CIF como uma associação de direito público, regendo-se pelo Protocolo de Intenções previamente firmado e a legislação federal pertinente, cujos objetivos repousam em i) discutir formas de promover o desenvolvimento regional; ii) buscar soluções para problemas comuns; iii) atuar em parceria na prestação de serviços para melhorar a capacidade técnica, gerencial e financeira; iv) fazer alianças com os demais entes federativos.

O CIF é constituído legalmente pelos municípios de Barracão, Dionísio Cerqueira e Bom Jesus do Sul, este último resolveu participar do projeto tanto pela proximidade física como também política-econômica (até 1995, Bom Jesus do Sul era distrito de Barracão). O município argentino de Bernardo de Irigoyen, embora tenha participação ativa nas reuniões, no planejamento e no implemento das ações, figura apenas informalmente, já que os consórcios são regidos pela legislação brasileira, carente de regulamentação transnacional que vença os embaraços jurídicos e orçamentários e autorize a participação formal de município estrangeiro.

Silveira e Philipp (2008) ponderam que diante da carga de obrigações e situação financeira precária dos municípios, os consórcios públicos são uma alternativa viável para que os Entes que possuem os mesmos problemas superem conjuntamente as urgências locais, dentro de um conjunto regional. Nesse contexto mostra-se prospectiva a iniciativa dos gestores municipais em voga, cujo amadurecimento estratégico se evidencia quando se toma em conta que no momento da constituição do CIF pertenciam a bancadas partidárias completamente opostas (PT, DEM e PDT). A superação dos entraves políticos foi o passo primordial para vencer as barreiras que obstavam o desenvolvimento regional integrado.

Em pesquisa análoga a presente, Angnes et al. (2013), durante a visita *in loco* ao CIF, constataram que, para além das necessidades locais, há uma preocupação acentuada naqueles municípios com a integração e o desenvolvimento da região transfronteiriça no sentido de construir base sólida que propicie a dinamização da área.

Dessa preocupação emergiram ações concretas nos mais diversos segmentos desde a constituição do consórcio até os dias atuais tal qual depõe o Caderno de Ações Integradas publicado pelo CIF (2013), o qual será referenciado daqui em diante.

Na área de planejamento e desenvolvimento regional consta como ação realizada no ano de 2009 o lançamento do Programa Líder em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esse programa, lançado de forma inaugural na fronteira, teve por objetivo mobilizar, integrar e capacitar lideranças em vários estados com vistas à elaboração de um plano conjunto para o desenvolvimento regional. Lins (2012) observa que essa experiência é inédita no Brasil

e que o programa não se limita ao espaço físico do CIF, já que alcança 39 municípios do Projeto de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e na região da faixa de fronteira com o extremo Oriente da Argentina.

Esse primeiro passo relacionado ao planejamento regional resultou na elaboração pelo CIF da proposta intitulada Caminhos da Fronteira que tem por missão promover o desenvolvimento sustentável integrado dos municípios da região de fronteira a fim de torná-los referência em quatro eixos estratégicos: educação, turismo, agroecologia e produtos locais.

No eixo da educação propôs-se a criação de um Conselho Regional de Educação; a elevação para 100% do índice de escolaridade no Ensino Fundamental; implementação da educação integral e cursos técnico-profissionalizantes; e a implantação de Universidade Federal na Fronteira. No eixo do turismo propôs-se instituir uma governança regional para o setor a partir da qualificação e profissionalização desse segmento e elaborar o Mapa Turístico Caminhos da Fronteira. Já nos eixos da agroecologia e produtos locais, para o primeiro previu-se a disseminação regional do ensino de agroecologia desde o Ensino Fundamental até cursos técnicos, bem como estimular a pesquisa desse setor nas Universidades; para o segundo criar e implantar um programa para destacar os produtos locais de forma a fortalecer regionalmente o setor econômico. Muitas dessas linhas de atuação se desdobraram em ações concretas correlatas, enquanto que outras ainda seguem na idealização/planejamento, conforme demonstra o quadro 2.

Cientes da inexistência até então de uma organização regional consistente para impulsionar o processo, a partir dos pressupostos dos programas Caminhos da Fronteira e Líder SEBRAE, realizou-se a Feira das Potencialidades Caminhos da Fronteira com a exposição de estandes dos 39 municípios que compõe o Programa Líder. A referida feira aconteceu no município de Dionísio Cerqueira ano de 2010 junto com a 9ª Festa da Integração promovida pelos municípios integrantes do CIF.

Diante da repercussão positiva da iniciativa que mobilizou as populações não apenas dos municípios integrantes do CIF, mas de toda a região, no ano de 2011 lançou-se a EXPOCIF – Uma Feira Sem Fronteiras, com foco na divulgação do comércio, indústria, turismo, agropecuária, produtos locais, esportes, lazer e cultura. A feira contou com a presença de lideranças empresariais, políticas e comunitárias, brasileiras e argentinas, bem como representantes das três esferas de governo dos dois países. O sucesso da ação firmou a EXPOCIF no calendário anual e a transformou num dos maiores eventos da região.

Como bem posiciona Dallabrida (2010) a governança regional refere-se às iniciativas que exprimem a capacidade de gerir de forma organizada as demandas públicas a partir do envolvimento cooperativo e conjunto dos atores sociais, econômicos e institucionais. Da expressão de governança conjunta erigida pelos quatro municípios, não demorou em se alcançar expressividade frente às escalas estadual e federal dos dois países. Evidencia de que a articulação de um consórcio intermunicipal pode criar melhores condições de negociação dos municípios com os governos estaduais e federais são as diversas agendas que foram moldadas com líderes de Estado, Secretários e Ministros.

Em 2011 realizou-se na fronteira uma agenda integrada com os governadores de Misiones (Arg.), Paraná e Santa Catarina, oportunidade em que os três governadores, os quatro prefeitos do CIF e o Ministro do Turismo de Misiones formalizaram um Protocolo de Intenções contemplando o comprometimento com as seguintes ações integradas referenciadas no quadro 1:

Quadro 1 – Protocolo de Intenções Brasil e Argentina

Estruturação do Programa Líder e Caminhos da Fronteira

Construção do Parque Turístico Ambiental de Integração – Brasil/Argentina e da Aduana Integrada de Turistas;

Projeto urbanístico integrado com a identificação das divisas Paraná, Santa Catarina e Misiones;

Captação de recursos para o custeio de atendimento hospitalar;

Implantação da rede coletora de Esgoto Sanitária e rede de distribuição de água integrada Brasil/Argentina;

Terminal rodoviário integrado Paraná, Santa Catarina e Misiones;

Centro Cultural Integrado Paraná, Santa Catarina e Misiones;

Apoio institucional dos Governadores para a implantação da Universidade pública e gratuita;

Apoio institucional dos Governadores para aprovação no Congresso Nacional brasileiro que trata do acordo Brasil e Argentina – Localidade Fronteiriça Vinculada (iniciativa já transformada em lei pelo Congresso Nacional Argentino (Lei 26523/2009));

Estruturação da Aduana Integrada de Cargas;

Apoio e estrutura para o fornecimento da produção na agricultura.

Fonte: dados adaptados do Caderno de ações integradas do CIF (2013).

Na seara do desenvolvimento econômico, com impacto no fluxo regional para atrair estímulos exógenos, importantes obras estão em execução. Concluiu-se em 2014 a edificação da nova Aduana Integrada de Cargas Brasil/Argentina situada no território brasileiro com investimento na casa dos R\$ 13 milhões que contribui para ampliar a capacidade de operacionalização do comércio transnacional.

Foi promovida audiência pública e intensa mobilização para que o Governo Federal incluísse no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) a Ferrovia da Integração que ligará Itajaí/SC até Dionísio Cerqueira/SC propiciando o escoamento da produção de bens da região de fronteira até o porto e vice-versa. A pressão surtiu efeito e o Governo Federal anunciou a inclusão da obra no PAC 2 e em meados de 2015 deu-se início a elaboração do projeto. Essa iniciativa gerou novos planejamentos e resultou na proposta de que a ferrovia seja estendida de Bernardo de Irigoyen até Posadas, capital da Província de Misiones (Arg.), ação que está sendo pleiteada junto ao Governo argentino.

Também após a comunhão de esforços dos gestores locais para sensibilizar o Governo argentino, após décadas de espera se viabilizou a construção da “Ruta 14”, rodovia que ligará o município de San Pedro à Bernardo de Irigoyen, com investimento na ordem de \$ 560 milhões de Pesos. A obra viabilizará a ligação do centro da Argentina até a fronteira, facilitando o transporte de cargas pelo Porto Seco de Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen.

Ainda no que se refere à infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento econômico local e regional está em fase de planejamento a instrumentalização para operacionalizar voos comerciais e de cargas no aeroporto de Dionísio Cerqueira, o qual por muitos anos restou inativo por falta de estrutura física, veículos operacionais, sinalização e iluminação adequados.

No ramo do turismo, na busca por tornar a região atrativa e extirpar a ocupação irregular, degradação ambiental e a imagem negativa na zona de fronteira, executou-se a obra do Parque Turístico Ambiental de Integração que revitalizou a nascente do Rio Peperiguaçu a qual se encontra na divisa entre os dois países. A obra transformou

o conceito de limite para fortalecer a cultura transfronteiriça de união dos povos. O parque conta com espaços para atividades recreativas, culturais, gastronômicas e desportivas interligando diretamente os dois países. Também no segmento de turismo, encontra-se em fase de execução o Centro de Atendimento ao Turista, um local destinado a acolher o turista e satisfazer suas necessidades e expectativas durante o período de permanência na fronteira. A implantação de portais turísticos nos quatro municípios para sinalizar o acesso, a construção de nova Aduana Integrada de Turismo Brasil/Argentina e a organização de um Congresso Internacional de Turismo são ações que se encontram ainda em fase de planejamento.

No segmento da saúde está em execução o projeto de reforma e ampliação do Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira para atender pacientes da área de abrangência do CIF. O projeto foi orçado em R\$ 5,4 milhões e conta com o apoio político e financeiro das esferas locais e federal. Essa ação tem importância ímpar, já que é o único hospital que atualmente atende os quatro municípios integrantes do CIF. Ainda na área de saúde, desde 2009 está em execução o transporte integrado de pacientes locais para as cidades referência em atendimento especializado, tais como Francisco Beltrão/PR, Chapecó/SC, Cascavel/PR e Florianópolis/SC. Essa ação vem proporcionando a redução dos custos de transporte e o atendimento humanizado da população.

Como ação planejada na saúde, tem-se a proposta para angariar recursos para o custeio de atendimento hospitalar integrado junto ao Fundo do Mercosul, Governo Federal e Estadual, devido ao alto fluxo de cidadãos transitórios ocasionado pelo movimento na fronteira entre os dois países.

Já na área da educação a ação conjunta dos municípios possibilitou a implantação do Instituto Federal do Paraná (IFPR), cuja posse dos professores e servidores ocorreu em fevereiro de 2015 para dar início ao curso de técnico em Administração. Considerado o feito de maior relevância do CIF para o desenvolvimento cultural, social e econômico da região, pois os jovens não precisam mais se descolar para outras regiões em busca de ensino superior e profissionalizante gratuito e de qualidade, estimulando a qualificação e permanência da mão de obra local. De igual relevância, para integrar culturalmente a zona de fronteira, desde 2009 implantou-se nas escolas municipais dos quatro municípios a didática bilíngue que promove a formação de cidadãos capazes de integrar cultural e socialmente nesse espaço geográfico.

No que se refere ao setor do urbanismo e ambiental, está em execução o projeto urbanístico integrado para melhorar as vias públicas com padronização semelhante entre os municípios do Brasil e Argentina, identificando os estados por suas cores, transformando num atrativo turístico por meio da identificação das divisas.

Foi implantada a coleta seletiva e reciclagem de lixo integrada, com a aquisição conjunta por meio do CIF de caminhão coletor e a organização da associação de catadores, para, além de gerar renda digna para esses cidadãos, possibilitar a preservação ambiental e a otimização de custos com a coleta conjunta. Encontra-se em fase de execução a implantação de sistema de saneamento básico integrado Brasil/Argentina no ímpeto de promover a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de saúde pública da fronteira.

Na habitação está planejada a construção conjunta de 930 casas populares para famílias pertencentes aos municípios de Barracão, Bernardo de Irigoyen, Bom Jesus do Sul e Dionísio Cerqueira, oportunizando acesso à moradia digna para elevar a qualidade de vida dos cidadãos fronteiriços.

Além dessas ações reportadas outras tantas estão em curso como, por exemplo, no setor rodoviário implantou-se a patrulha rodoviária única entre os municípios brasileiros; a instalação da agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); na agricultura o fortalecimento da cadeia produtiva de leite e de fruticultura.

Para melhor visualização, o quadro 2 sintetiza os feitos ora relatados:

Quadro 2 – As principais ações planejadas e concretizadas pelo CIF.

Ação	Resultado	Situação
Planejamento e desenvolvimento regional		
Lançamento do Programa Líder (SEBRAE)	Mobilizar, integrar e capacitar lideranças para elaboração de um plano conjunto para o desenvolvimento regional.	Realizada (2009)
Proposta Caminhos da Fronteira	Promover o desenvolvimento sustentável integrado dos municípios da região de fronteira a partir de quatro eixos estratégicos: educação, turismo, agroecologia e produtos locais.	Realizada (2009)
EXPOCIF	Foco na divulgação do comércio, indústria, turismo, agropecuária, produtos locais, esportes, lazer e cultura.	Realizada anualmente
Infraestrutura para o desenvolvimento econômico		
Nova aduana integrada de cargas Brasil/Argentina	Ampliação da capacidade de operacionalização do comércio transnacional.	Realizada (2014)
Definir o traçado da Ferrovia da Integração Dionísio Cerqueira-Itajaí	Escoamento da produção de bens da região de fronteira até o porto e vice-versa.	Planejada (em 2015 iniciou a fase de elaboração do projeto)
Ferrovia entre Bernardo de Irigoyen e Posadas	Escoamento de bens da região da fronteira até a capital da Província de Misiones (Arg.).	Planejada
Construção da Ruta 14 entre Bernardo de Irigoyen a San Pedro	Ligação do centro da Argentina até a fronteira, facilitando o transporte de cargas pelo Porto Seco.	Em execução (início 2010)
Instrumentalização do aeroporto de Dionísio Cerqueira	Operacionalizar voos comerciais e de cargas no aeroporto de Dionísio Cerqueira.	Planejada
Turismo		
Parque Turístico Ambiental de Integração	Revitalização da nascente do Rio Peperiguacú e transformação do conceito de limite.	Realizada (2014)
Construção do Centro de Atendimento ao Turista – CAT	Satisfação e maior tempo de permanência dos turistas.	Em execução (início 2015)
Implantação de portais turísticos	Acesso identificado aos quatro municípios.	Planejada
Construção da nova aduana integrada de turismo Brasil/Argentina	Melhoria e agilidade no atendimento dos turistas.	Planejada
Saúde		
Reforma e ampliação do hospital de Dionísio Cerqueira	Atendimento qualificado na área de abrangência do CIF.	Em execução (início 2012)
Transporte integrado de pacientes	Redução de custos de transporte e atendimento humanizado.	Em execução (desde 2009, ação contínua)
Custeio de atendimento hospitalar	Repasso de recursos do Fundo MERCOSUL, Governo Federal e Estadual.	Planejada
Educação		
Implantação do Instituto Federal do Paraná (IFPR)	Oferta de ensino superior e profissionalizante gratuito e de qualidade.	Realizada (2015)
Escola bilíngue	Formação de cidadãos bilíngues e interativos social e culturalmente.	Realizada (2009)

Urbanismo e meio ambiente		
Projeto de urbanismo integrado	Melhoramento das vias públicas e identificação transfronteiriça padronizada.	Malha asfáltica executada em 2012. Iluminação e calçadas planejamento para 2016
Coleta seletiva e reciclagem do lixo	Redução de custos e preservação ambiental.	Em execução (desde 2011, ação contínua)
Habitação		
Zerar o déficit habitacional na fronteira.	Construção de 930 populares	Planejada

Fonte: dados adaptados do Caderno de ações integradas do CIF (2013).

Conforme informou o apanhado teórico, é possível assentir que para além de se pensar no desenvolvimento local, isto é, aquele margeado nos limites territoriais de determinado município, é relevante pensar na escala regional, pois o fortalecimento de cada município, no mais das vezes, depende do fortalecimento de toda região em seu entorno. Uma região que se estrutura a partir da junção de esforços locais que cooperam entre si, tem mais potencialidade de despontar no cenário nacional e, por que não, no cenário internacional em tempos em que a globalização cada vez mais afina os laços transnacionais.

Constatou-se que a articulação dos municípios que integram o CIF, aliados com a parceria do município argentino de Bernardo de Irigoyen, em prol do desenvolvimento da região onde estão estrategicamente inseridos propiciou: o aparecimento de uma identidade regional alicerçada na cooperação entre os agentes públicos e sociedade civil, fortalecendo a identificação de fronteira; dinamização da tomada de decisões que passaram a ser conjuntas e baseadas nos interesses regionais, restringindo interesses individuais; diagnóstico e valorização das potencialidades locais; atingir resultados positivos com o aumento da capacidade de realização a partir da otimização dos custos e fortalecimento político-institucional perante os demais entes da federação.

É importante notar que embora o município argentino não esteja formalmente incluído no pacto do consórcio, já que ausente regulamentação transnacional que vença os embaraços jurídicos e orçamentários, a troca e o apoio mútuo tem gerado frutos positivos, especialmente no que diz respeito a aproximação política dos dois países em prol da região, conforme evidencia o protocolo de intenções referenciado no quadro 1. Ademais, o planejamento da região passou a ser pensado de forma integrada reformulando o conceito de limite e fronteira para buscar a integração dos povos e suas culturas num convívio conjunto em busca do desenvolvimento multidimensional.

Destaca-se que a experiência aqui reportada configura exemplo clássico do que se entende por desenvolvimento exógeno, tal qual assentado por Filippim, et al. (2005), Knopp (2011); Xavier et al. (2013), pois se valem da habilidade de ordenar o processo de desenvolvimento a partir da sua realidade e potencialidades sócio-territorial, sem, no entanto, figurar um ostracismo alijando o local e o regional da escala nacional. Pelo contrário, o CIF demonstrou capacidade de impulsionar o desenvolvimento a partir da base para preparar a região para receber e bem usufruir os estímulos exógenos, a exemplo das obras de infraestrutura, educação e a agenda afinada com os governos estadual e federal de ambos os países. Como bem pontua

Oliveira e Lima (2003) o desenvolvimento endógeno é aquele em que os fatores internos à região, quando bem trabalhados, são capazes de transformar um impulso externo em desenvolvimento para a comunidade como um todo.

Assim, tomando em conta as ações planejadas, em execução e já realizadas converge o pensamento de Lins (2012) ao destacar que a projeção de uma iniciativa ligada a um consórcio delimitado espacialmente sobre um espaço muito maior, acena com fecundas interações entre a área transfronteiriça e seu entorno.

Considerações Finais

A pesquisa buscou descrever as principais ações planejadas e concretizadas pelo CIF para verificar qual a contribuição de um consórcio público intermunicipal para o desenvolvimento transfronteiriço integrado.

Do aporte teórico foi possível assimilar que contemporaneamente a noção de desenvolvimento não se restringe mais aquela eminentemente econômica, passando comportar, sobretudo, a dimensão humana para assegurar qualidade de vida, fim último da ação estatal. Verificou-se também que na literatura sobreveio a valorização do processo de desenvolvimento endógeno, ou seja, aquele que se estrutura da base para o centro, enaltecendo a importância dos esforços locais e regionais.

Frente a essas considerações e após verificar as ações encampadas pelo CIF, como resultado foi possível identificar que o arranjo consorcial desponta como um meio eficiente para modernizar e fortalecer a capacidade da gestão municipal e, por conseguinte, contribui para dinamizar o desenvolvimento regional através do engajamento dos atores para solucionar questões que, invariavelmente, não poderiam se encaminhar através de atuação isolada.

Verificou-se que embora existam ações de aproveitamento mais localizado em serventia do território de abrangência do CIF, outras ações de maior envergadura foram (são) planejadas e executadas com vistas ao aproveitamento e fortalecimento de toda a região da zona de fronteira. Exemplo disso são o lançamento do Programa Líder e a proposta Caminhos da Fronteira, a pressão política para inclusão no PAC 2 da ferrovia da Integração que ligará a região de Dionísio Cerqueira até o porto de Itajaí, a implantação do IFPR proporcionando a toda a região ensino gratuito e de qualidade e a nova aduana de cargas. Desse modo, é possível concluir que os objetivos propostos no presente trabalho foram alcançados, pois as constatações proporcionaram a resposta para à questão norteadora do estudo, de que essa prática associativa representa na região de fronteira um marco do desenvolvimento a partir da base e da integração de âmbito transnacional na medida em que propicia a conscientização dos envolvidos sobre a necessidade de se estabelecer ações cooperadas que objetivem beneficiar a região como um todo. O alcance dos resultados positivos colhidos pelo CIF só foi possível devido ao fato de o consórcio ter construído entre seus membros uma visão prospectiva e integradora que favoreceu o nascimento de uma identidade regional e o reconhecimento da região pelos demais níveis governamentais.

Anseia-se que as reflexões ora enunciadas sirvam para qualificar o debate acadêmico e, no aspecto empírico, que a iniciativa do CIF incentive novas organizações similares em outras tantas regiões.

Consciente de que se trouxe à discussão apenas elementos iniciais e que o assunto é fértil para novas implicações, mostra-se relevante que pesquisas futuras se debrucem em investigar outras experiências consorciais a fim de detectar a quais

escalas os impactos de suas ações atingem ou, ainda, investiguem o processo de formação de um consórcio que tenham por missão o beneficiamento regional.

Referências

ABRUCIO, F. L.; COUTO, C. G. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 40-47, jul./set. 1996.

ABRUCIO, F. L.; SANO, H. **Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras**. Brasília: IABS, 2013. Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/segep/modernizacao_gestao_bra_esp/vol_8_associativismo_intergovernamental.pdf> Acesso em: 16 jun. 2014.

ANGNES, J. S.; MATTOS, S. M. M; KLOZOVSKI, M. L; STURM, M. I. Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF): descrevendo as principais ações voltadas ao desenvolvimento regional a partir da perspectiva do poder público municipal. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1165-1188, set./out. 2013.

BARBOSA, G. S.; DIAS, H. Consórcios intermunicipais como instrumento para o desenvolvimento regional: a experiência do rio de janeiro. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 1, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SEDRES, 2012, p. 1-20.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 3, p. 111-143, 1996.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 de nov. 1937.

_____. Constituição (1988). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988, p. 1.

_____. Lei Ordinária n. 11.107, de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1, 07 de abr. 2005.

_____. Decreto n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1, 18 de jan. 2007.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFFF**. Brasília, fev. 2009.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA. **Caderno das ações integradas**. 2. ed. Barracão: CIF, 2013, 45 p.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n.1, p.95-111, 2013.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n.3, p.165-186, set./dez. 2010.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O; Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, a. 1, p. 85-94, 2013.

FILIPPIM, E. S.; ROSSETO, C. R.; HERMES, F. M. F. A gestão do desenvolvimento regional: análise de uma experiência no Meio-Oeste catarinense. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1-13, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Perfil dos municípios brasileiros**: pesquisa de informações básicas municipais 2011. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em 28 jan. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS [INDEC]. **Censo 2010**. Disponível em: http://www.indec.gov.ar/nivel2_default.asp?seccion=P&id_tema=2 Acesso em 25 jan. 2015.

KNOPP, G. Governança social, território e desenvolvimento. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 53-74, jul./dez. 2011.

LINS, H. N. Cooperação local no Mercosul: uma oportunidade catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 6, 2012, Joinville. **Anais...** Joinville: APEC, 2012, p. 1-25.

LOPES, A. S. Globalização e desenvolvimento regional. **Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 11, p. 9-25, 2002.

MACHADO, L.O.; RIBEIRO, L.P.; STEIMAN, R.; PEITER, P.; NOVAES, A. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: Tito Carlos Machado de OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limites. Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.

MOURA FILHO, J. L.; CAMPOS, H. A. gestão territorial e a recente institucionalidade do desenvolvimento regional no brasil: o caso da política de fronteiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anpur, 2009.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. de S.; Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n.2, p.29-37, mai./dez. 2003.

SILVA, C. L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: Christian Luiz da Silva; Judas Tadeu Grassi de Mendes. (Org.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 1, p. 11-40.

SILVEIRA, R. C. E.; PHILIPPI, L. S. Consórcios Públicos: uma alternativa viável para a gestão regionalizada de resíduos sólidos urbanos. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n.1, p. 205-224, jan./abr. 2008.

XAVIER, T. R.; WITTMANN, M. L.; INÁCIO, R. O.; KERN, J. Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, a. 4, p.1041-1065, jul./ago.2013.

Submetido em 06/10/2015

Aprovado em 24/04/2016

Sobre o(s) Autor(es):

Joanni Aparecida Henrichs

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar (IDRFB). Especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL). Mestranda em Planejamento e Governança Pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Advogada com experiência na área de Gestão Pública e Direito Público.

Email: jo.henrichs@gmail.com

Christian Luiz da Silva

É economista e pós-doutor em Administração pela USP, professor do mestrado e doutorado em Tecnologia (PPGTE) e do mestrado em planejamento e governança pública (PGP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba/PR. Brasil. Telefone +55(41)3310-4611.

Email: christiansilva@utfpr.edu.br

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

É administradora e doutora em desenvolvimento econômico pela UFPR, professora do mestrado em planejamento e governança pública da UTFPR. Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba/PR. Brasil. Telefone +55(41)3310-4611.

Email: malumeza2@gmail.com